

Inovação no ensino e nas ofertas formativas

Os recentes desenvolvimentos tecnológicos e as rápidas transformações sociais vieram lançar novos desafios à educação no século XXI. Em Portugal, estes desafios assumem especial importância dada uma evolução demográfica desfavorável, os efeitos persistentes da recente crise financeira e a crescente competitividade de escolas internacionalmente reconhecidas. Nos últimos 20 anos, vários relatórios internacionais têm sustentado a necessidade de uma alteração profunda no sistema de ensino superior (ES). Nomeadamente, o relatório Delors da UNESCO¹, os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, a estratégia da Europa 2030, os relatórios do fórum económico mundial², o próprio Processo de Bolonha³ e diversas iniciativas legislativas apontam para a necessidade de uma mudança urgente do modelo de ensino e práticas pedagógicas das universidades que tornem os seus graduados mais capazes de antecipar, intervir e responder aos desafios das sociedades futuras.

A concretização do processo de Bolonha incidiu, numa primeira fase, na convergência da organização da formação superior, na atribuição, designação e reconhecimento de graus académicos, na adoção de um sistema de créditos curriculares para fomentar a mobilidade, e na criação de condições para os cidadãos acederem à aprendizagem ao longo da vida. Com o decorrer dos anos, os objetivos do Processo de Bolonha evoluíram e, em maio de 2018, os ministros da Educação europeus redefiniram as prioridades e anunciaram uma visão conjunta para um ambicioso espaço europeu que promova, a partir de 2020⁴:

- uma abordagem inclusiva e inovadora para a aprendizagem e o ensino;
- a cooperação transnacional, integrando o ES, a investigação e a inovação;
- um futuro sustentável através do ES.

Estas ambições estão em consonância com os objetivos da União Europeia de evoluir para um espaço europeu da educação com o total reconhecimento de cursos e de mobilidade e com as seguintes prioridades⁵: intensificar a mobilidade para fins de aprendizagem através de um programa Erasmus substancialmente reforçado, mais inclusivo e reforçado, e da criação de um «cartão europeu de estudante»; apoiar o aparecimento de «universidades europeias», que combinam uma elevada qualidade na educação com investigação e inovação; impulsionar a aprendizagem de línguas; e promover o reconhecimento automático de qualificações do ensino superior e do ensino secundário, bem como dos resultados de aprendizagem no estrangeiro.

É neste contexto que a Universidade Portuguesa necessita obrigatoriamente de desenvolver iniciativas em consonância com este reforço de mobilidade e com a promoção de um ensino ativo, alinhado com a investigação, com a inovação e contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável. Esta visão implica criar as condições para que a Universidade Portuguesa seja competitiva na atração de talento a nível internacional, reunindo os recursos

¹ UNESCO, “Rethinking Education, towards a Global Commons Good?”, ISBN 978-92-3-100088-1.

²The Future of Jobs, World Economic Forum,
<http://reports.weforum.org/future-of-jobs-2016/chapter-1-the-future-of-jobs-and-skills/>

³ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=LEGISSUM:c11088> (acedido a 02/07/2018).

⁴ https://ec.europa.eu/education/policy/higher-education/bologna-process_en (acedido a 02/07/2018).

⁵ European Commission (2018). The EU in support of the Bologna Process, Luxembourg, European Union.

humanos e materiais para que possa continuar a desenvolver uma cultura de mérito na promoção da educação e investigação num contexto global.

Mais de dez anos passados sobre a implementação inicial do processo de Bolonha, importa efetuar uma análise crítica dos resultados obtidos, assim como refletir, atualizar e adaptar o modelo de ensino ao novo contexto e desafios. Esta reflexão e atualização do modelo de ensino universitário está em curso em inúmeras universidades de referência e a Universidade Portuguesa deve responder de forma sistémica a este desafio.

A formação superior deve abranger várias dimensões, naturalmente com pesos e ênfases diferentes: a dimensão do conhecimento técnico e da especialidade; a dimensão da criatividade e do espaço crítico; a dimensão da comunicação e da interação com os outros; a dimensão do desenvolvimento pessoal, da responsabilização e da ética. Estas dimensões são particularmente relevantes tendo em conta que no diagnóstico recente da OCDE sobre a educação em Portugal, o Ensino Superior é caracterizado como mantendo ainda um foco demasiado teórico, com cooperação limitada com o mundo real e reduzida ênfase no desenvolvimento das competências fundamentais dos estudantes necessárias para a economia moderna. Os currícula apresentam-se com estruturas rígidas, orientados para profissões específicas e de flexibilidade limitada. Adicionalmente, vigora ainda o ensino tradicional centrado no professor e assente muitas vezes numa má distribuição da carga letiva e no peso dos exames. Este carácter excessivamente rígido e prescritivo da maioria dos currículos parece emergir como um anacronismo incompatível com um tempo em que a globalização, o trabalho colaborativo inter- e intra-especialidades, a profusão de tecnologias de informação e comunicação e o ritmo acelerado de mudança constituem a nova norma. Esta rigidez curricular reflete-se também nos conteúdos das unidades curriculares e na forma como são ensinados, e, mais importante ainda, no modo como os alunos os aprendem, estudam e aplicam. Na maioria dos casos, os alunos são formatados para resolver problemas tipo e responder a questões padrão de elevada complexidade; contudo, frequentemente, têm grande dificuldade em abordar problemas “em aberto” e/ou mais multi-disciplinares.

Urge então alterar este modelo de ensino tendo em conta que, como descrito num recente relatório do Fórum Económico Mundial sobre as “Profissões do Futuro”, estima-se que dentro de duas décadas mais de 50% das profissões sejam novas. A universidade tem, por isso, de preparar diplomados para realizarem ao longo da sua carreira ativa um conjunto de tarefas actualmente desconhecidas.

Acresce que múltiplos estudos descrevem que o mundo está em mudança e apresenta crescente imprevisibilidade, volatilidade, ambiguidade e complexidade (VUCA na sigla inglesa) num ambiente de emergência de novos conhecimentos, tecnologias e áreas científicas. No contexto deste “mundo VUCA”, a par da solidez tradicional dos conhecimentos científicos e técnicos da formação universitária, torna-se crucial dotar os alunos de um conjunto de aptidões adicionais e que incluem:

1. Pensamento crítico⁶ e capacidade de formulação e resolução de problemas no processo de aprendizagem, alterando o ensino focado na habilitação dos alunos para responder a perguntas-tipo para uma nova perspectiva que valorize a formulação de problemas e o levantamento de questões;

⁶ The Foundation for Critical Thinking, <https://www.criticalthinking.org/pages/accelerating-change/474>

2. Colaboração em rede e liderança, preparando para trabalho remoto, colaborativo e inserido em equipas multiculturais;
3. Agilidade e adaptabilidade a ambientes de incerteza e de elevada complexidade, e dotando os alunos com ferramentas e resiliência para dar respostas efetivas aos novos desafios;
4. Iniciativa e empreendedorismo, promovendo nos alunos uma procura constante de novas oportunidades, ideias e estratégias de melhoria, a promoção de liderança, a iniciativa individual e a resolução de desafios globais;
5. Comunicação oral e escrita, pensamento estruturado e capacidade de persuasão e de argumentação para serem capazes de inspirar os outros e de promover de forma eficaz uma ideia, um produto ou a sua pessoa;
6. Análise e avaliação de informação sob uma perspectiva crítica;
7. Curiosidade e imaginação, como motores para o conhecimento e a inovação.

De forma a responder a estes desafios é inevitável refletir e considerar um conjunto de medidas que respondam, mas não estejam adstritas, às seguintes questões:

- Como adequar a formação actual da Universidade Portuguesa para preparar os graduados para antecipar, intervir e responder aos desafios futuros da sociedade?
- Como reflectir no ensino a importância do desenvolvimento do espírito crítico, inventivo e criador, de base científica, e qual deve ser o modelo da formação universitário, quer do ponto de vista da formação *core*, quer do ponto de vista específico, que responda a esta visão e aos desafios do séc. XXI?
- Como melhorar o ensino e a aprendizagem na universidade, como adaptá-los ao contexto do século XXI e à necessidade de o percurso universitário ter o carácter único de uma experiência de valor insubstituível?

E, mais especificamente:

- Será que a atual formação universitária corresponde às expectativas dos alunos, dos professores e da sociedade em geral e potencia/amplifica a capacidade dos graduados para intervir e responder aos desafios da sociedade contemporânea?
- Como é que o modelo de ensino universitário português (o atual e aquele que poderá resultar de uma necessária reformulação) se compara com as congéneres europeias e os melhores modelos internacionais?
- Será que o modelo de ensino universitário português gera cidadãos intervenientes e com uma forte ligação à escola ao longo da vida como resultado de uma experiência verdadeiramente positiva?
- Num sistema universitário cada vez mais global, que estratégias estão/devem ser adotadas para aumentar a atratividade internacional das ofertas dos vários ciclos de ensino?
- Num mundo de elevada imprevisibilidade, complexidade e mudança, como se deve estruturar a formação universitário para o desconhecido?
- Como incorporar nos currícula dos cursos iniciativas de intervenientes não exclusivamente académicos (unidades de investigação, empresas, associações)?
- Como incluir nos currícula as estratégias que promovam a aprendizagem ativa (*project based learning, research based learning, blended learning, inverted classrooms*,

MOOCs) e qual é a consequência no modelo de lecionação e estrutura letiva, nomeadamente ao nível do tipo de aulas, duração, e formato?

- Como devem ser os espaços de ensino e de estudo (*study spaces, learning commons, etc*) para refletir e potenciar um novo modelo de aprendizagem no ensino superior?
- Como gerir o equilíbrio entre as atividades letivas tradicionais e as relacionadas com atividades extra-curriculares, escolas de verões, estágios empresariais, participação na vida institucional das escolas e do país?
- Qual deve ser o papel do campus físico numa sociedade digital em rede para proporcionar aos alunos uma experiência de valor inquestionável?

Muitas destas questões já foram alvo de reflexão por parte de líderes globais de educação, e há algumas linhas orientadoras comuns aos diferentes modelos: (i) assegurar uma formação fundamental com rigor académico, fluência digital e de elevada qualidade; (ii) garantir a flexibilidade curricular, permitindo aos alunos percursos mais personalizados; (iii) implementar um modelo ativo de aprendizagem, com forte co-responsabilização dos estudantes e incluindo avaliação contínua, assente em modelos pedagógicos ativos; (iv) promover uma aprendizagem em ambiente colaborativo, interdisciplinar e multicultural, estimulando a comunicação e o pensamento crítico e estruturado; (v) adaptar a aprendizagem a um mundo em constante mutação onde predominam os contextos de imprevisibilidade, incerteza e de indefinição de objetivos; (vi) estimular a criatividade, a inovação e o empreendedorismo; (vii) proporcionar uma forte exposição ao pensamento societal e ao objetivo de criação de valor; (viii) proporcionar uma formação em áreas complementares, incluindo o reconhecimento curricular de estágios de investigação e/ou em empresa; (ix) potenciar uma maior mobilidade entre cursos, na transição entre ciclos; (x) garantir uma adequação entre o modelo de ensino e os recursos humanos, as infraestruturas e a carga horária de alunos e docentes; (xi) criar um ecossistema escola-indivíduo-sociedade, como núcleo de uma melhor aprendizagem e de uma experiência positiva da passagem dos alunos pela universidade; e, por fim, (ix) posicionar a universidade (portuguesa) entre os atores reconhecidos globalmente em educação e reforçar a atratividade internacional de alunos, investigadores e docentes.

Estas inovações são essenciais e pretendem libertar o enorme potencial de desenvolvimento académico associado à interdisciplinaridade curricular e ao incremento da colaboração entre departamentos, unidades de investigação e empresas. Por outro lado, pretendem dar mais substância ao esforço e ao trabalho dos alunos, aumentando significativamente o seu (real) envolvimento na (real) aprendizagem das matérias e fomentando o aproveitamento pleno do contacto entre os alunos e os professores ou outros agentes de ensino.